



Jornal do CFO



Jornal do Conselho Federal de Odontologia | Ano 13 | Nº 64-65 | Jan-Fev e Mar-Abr de 2005 | 278.301 exemplares

PISO SALARIAL

Em audiência no dia 28 de abril, CFO obtém o apoio do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, para colocar em votação o quanto antes o Projeto de Lei 4556/94, que estipula o piso salarial para CDs e médicos em R\$ 1.337,32. Apoio ao projeto une governo e oposição.

Saúde bucal, política de Estado

As presenças e as declarações registradas na solenidade pelos 41 anos de criação dos Conselhos de Odontologia (patrocinada pelo Banco do Brasil), no dia 15 de abril, no Rio, não deixaram dúvidas: o programa Brasil Sorridente é, a exemplo do Programa de Saúde da Família, mais que uma política de governo, é uma política de Estado - esta definição, inclusive, vem sendo formulada pelos próprios integrantes do Ministério da Saúde.

Era evidente o engajamento do governo, bem como o dos parlamentares e prefeitos presentes à cerimônia. Além do ministro da Saúde, Humberto Costa, prestigiaram a entrega da Medalha de Honra ao Mérito o secretário de Atenção à Saúde, Jorge Solla, e o coordenador de Saúde Bucal Gilberto Pucca, ainda compareceram autoridades da Casa Civil e da Presidência da República; já o Congresso Nacional teve entre seus representantes o senador Augusto Botelho e os deputados Benjamin Maranhão, Geraldo Thadeu, Henrique Fontana, Jandira Feghali, João Fontes e Vanderlei Assis. Sem con-



Presidente Miguel Nobre e o ministro Humberto Costa: "Ao me convidar, o presidente Lula disse que queria que a saúde bucal fosse uma das prioridades"

tar os prefeitos - presentes ou representados - de Recreio (MG), Muriaé (MG), Campos dos Goytacazes (RJ), Duque de Caxias (RJ) e Aracaju (SE).

Em seu pronunciamento, o presidente do Conselho Federal de Odontologia, Miguel Nobre, ressaltou a oportunidade histórica que a profissão está vivendo, destacando o "perfil social da odontologia". "Com mais de um terço dos cirurgiões-dentistas no Sistema Único de Saúde, devemos ter uma odontologia mais comprometida com a superação das causas das doenças bucais", discursou.

Dados do Ministério da Saúde mostram que a população atendida pelas ações públicas de saúde bucal saltou de 26 para 47 milhões entre 2002 e 2004 - aumento de 81,4% - gerando 10 mil empregos diretos. Já as Equipes de Saúde Bucal do PSF chegam hoje a 9 mil.

Nobre conclamou os Conselhos Regionais, as entidades e toda a classe a se empenhar pela melhoria das condições de saúde bucal, divulgando os resultados do Brasil Sorridente e fiscalizando a ação das prefeituras.

PÁGINAS 8, 9, 10, 11 E 19.

3

MP 232 NÃO PASSA

Entidades se mobilizam e barram aumento para CDs que pagam IR pelo lucro presumido

18

CD PODE INTERNAR

Categoria conquista autonomia para assinar autorização de internação hospitalar

20

RESIDÊNCIA EM SAÚDE

Governo publica a Medida Provisória 238, definindo a residência para pós-graduação



O futuro é agora e é nosso

Dr. Miguel Nobre
Presidente do CFO

A cada dia preenchemos uma nova página deste grande livro da História. Lembro que nos bancos escolares um professor me dizia que a História dos povos e das nações é feita, desde os tempos mais remotos, por cada um de seus cidadãos, desde o mais simples até o mais destacado e influente. Vendo sob essa ótica, é bastante notável a influência de cada segmento profissional sobre o destino das sociedades.

Vejamos o caso da Odontologia no Brasil. Ao desembarcar aqui, em 1500, a frota de Pedro Álvares Cabral trouxe consigo as técnicas curativas e de extração já utilizadas na Europa que, aliás, logo se fizeram necessárias, principalmente porque junto com essas técnicas os europeus trouxeram também uma cultura pouco voltada para a higiene bucal.

O tempo passou e a profissão evoluiu, tanto lá como cá. Das sangrias e extrações até o uso do laser, a odontologia passou por diversas transformações nesses 500 anos.

Essa história tem marcos relevantes. No século 18, surge um de nossos heróis nacionais, Tiradentes, que além de trabalhar na recuperação de dentes perdidos, lutou contra os altos impostos cobrados pela Coroa Portuguesa – a propósito, honrando sua memória, enfrentamos o aumento da taxa de imposto

pela MP 232 e conseguimos evitar o pior.

Cem anos após Tiradentes, nasce a primeira faculdade de odontologia, por decreto do imperador Dom Pedro II. Outro século se passa e são criados, em 1964, os Conselhos de Odontologia. CFO, CROs e toda a classe têm testemunhado, desde então, a passagem gradual da lógica do curativo para a lógica da máxima prevenção.

Agora, quando nossa profissão adquire rapidamente um perfil mais social – 40% de nossos CDs estão empregados no SUS – é eleito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em um encontro pessoal com o presidente ele nos garante que a saúde bucal será uma prioridade de seu mandato. Promessa cumprida, o programa Brasil Sorridente é a prova: em dois anos, o número de equipes de saúde bucal mais que dobrou; e em poucos meses, os Centros de Especialidades Odontológicas asseguraram uma atenção especializada que praticamente não existia no SUS.

Claro que ainda falta muito para reverter os atuais índices negativos da saúde bucal. Mas o mais importante é observar que finalmente o futuro está em nossas mãos. O futuro é agora.

FALE COM O PRESIDENTE DO CFO
presidente@cfo.org.br



Sede do CFO no Distrito Federal:
SHC-AO-Sul-EA-02/08-Lote 05
Ed. Terraço Shopping | Torre A/sala 207 | Bairro Otogonal | Brasília/ DF
CEP 70660-020
Tel: (61) 234-9909 | Fax: 226-1737
cfo@cfo.org.br | www.cfo.org.br

Escritório no Rio de Janeiro:
Av. Nilo Peçanha, 50, Grupo 2316 | Rio de Janeiro/ RJ | CEP: 20020-100
Tels: (21) 2122-2200 |
Fax: (21) 2122-2229 e 2122-2230

Editor e Jornalista Responsável:
Marcelo Pinto (MTB 19936)/
Sol Comunicações Ltda.
Repórteres:
Ana Freitas, Juliana Chagas, Tamara Menezes e Vitor Monteiro/Rio de Janeiro; Fábio Marçal/DF
Fotos: **Nando Neves, Samuel Tosta, Vanor Correia, Vantoen Jr. (Descrição da Imagem)**
Projeto Gráfico e Edição de Arte:
Metara Comunicação Visual (estudiometara@terra.com.br)
Assessoria, Divulgação e Publicidade
Roberto Fonseca - (21) 9965-2617
Perfil Impresso Assessoria e Planejamento Gráfico Ltda.

Sugestões e colaborações para o Jornal do CFO: jornal@cfo.org.br

Artigos assinados não refletem, necessariamente, a opinião do CFO e são de responsabilidade dos autores.

Esta autarquia federal, auditada pelo Tribunal de Contas da União, atesta que o Jornal do Conselho Federal de Odontologia possui tiragem de 278.301 mil exemplares, distribuídos para todos os profissionais de Odontologia inscritos nos Conselhos Regionais, bem como para associações científicas, academias, sindicatos, federações sindicais, universidades, centros de ensino, Congresso Nacional e órgãos da Saúde, Educação e Trabalho ligados às esferas municipal, estadual e federal.

NOTAS

Ato Médico

A relatora do Projeto de Lei 25/02, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), realizará uma audiência pública antes de concluir seu substitutivo. Serão convidados para o encontro os representantes da medicina e das 12 profissões de saúde que se posicionaram contra a atual redação do PL do Ato Médico (cujo objetivo é regulamentar a profissão de médico).

Uma das críticas recebidas pelo projeto é a de que “desestrutura a equipe do Sistema Único de Saúde” por, entre outros motivos, restringir ao médico a prescrição terapêutica de qualquer ação na área de saúde. Segundo a senadora, o objetivo da audiência é

“buscar o consenso tendo em vista, em primeiro lugar, o bem-estar do paciente”.

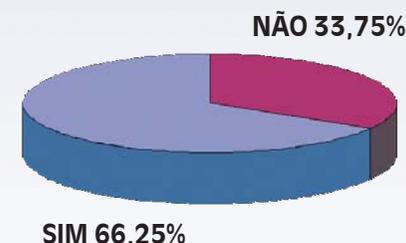
Lei de Biossegurança

A Câmara aprovou no dia 2/3, por 352 votos a 60, o Projeto de Lei 2401/03, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização em todas as atividades relacionadas aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e permite pesquisas com células-tronco humanas. O relator da proposta foi o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS).

No dia 20/4 o Governo Federal anunciou o investimento de R\$ 11 milhões em pesquisas com células-tronco.

SUA OPINIÃO

O CFO perguntou na edição passada: “Você acredita que o programa Brasil Sorridente ampliará o acesso à saúde bucal em 2005?”
Veja a resposta da classe pela Internet:



O CFO quer **Sua Opinião** na próxima edição:
Você concorda que a interiorização de cirurgiões-dentistas poderá reduzir a concentração de CDs nas grandes cidades?

Participe: www.cfo.org.br

PLENÁRIO

Presidente

Miguel Álvaro Santiago Nobre (RS)
presidente@cfo.org.br

Vice-Presidente

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (MS)
vice-presidente@cfo.org.br

Secretário-Geral

Marcos Luis M. de Santana (SE)
secretario@cfo.org.br

Tesoureiro

Lester Pontes de Menezes (RO)
tesoureiro@cfo.org.br

Conselheiros

Emanuel Dias de Oliveira e Silva (PE)
emanuel@cfo.org.br
José Mário Morais Mateus (MG)
josemario@cfo.org.br
Mário Ferraro Tourinho Filho (BA)
marioferraro@cfo.org.br

Roberto Eluard da Veiga Cavali (PR)
robertocavali@cfo.org
Rubens Côrte Real de Carvalho (SP)
rubenscorte@cfo.org.br

Anísia Maria Fialho Abdala (MA)
Benício Paiva Mesquita (CE)
Genésio Pessoa de A. Júnior (TO)
Hilbererto Cordeiros Lins (AL)
Jorge dos Passos Corrêa Cobra (SC)
José Alaor Demartini Penna (MT)
José Ferreira Campos Sobrinho (RN)
Laércio Villela Barros (ES)
Lucimar de Sousa Leal (PI)
Manoel Leopoldo Filho (RR)
Maria Carmen de A. M. Jardim (PB)
Maria Izabel de Souza Á. Ramos (AP)
Marluiz Nunes de Freitas (AC)
Messias Gambôa de Melo (PA)
Rutilio Caldas Pessanha (RJ)
Selene Machado Costa Guedes (AM)
Wilson Carneiro Ramos (GO)

MP 232: barrado aumento de impostos

Entenda a vitória da Frente Nacional contra a MP 232, que contou com a decisiva mobilização das entidades da odontologia nacional

Avotação simbólica na Câmara dos Deputados, no dia 12 de abril, da Medida Provisória 232, excluindo todos os artigos que previam o aumento da carga tributária para o setor de serviços foi o derradeiro capítulo de uma história iniciada em dia 31 de dezembro de 2004. Nesta data, o Diário Oficial da União publicou a MP 232, editada pelo governo federal, que ampliava de 32% para 40% a base de cálculo da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e o Imposto de Renda para prestadores de serviços que optaram pelo lucro presumido, a exemplo de cirurgiões-dentistas, médicos, advogados e outros profissionais liberais constituídos como pessoas jurídicas.

Em resumo: a medida afetava diretamente os prestadores de serviços – cerca de 220 mil seriam penalizados –, mas também, indiretamente, setores como comércio e indústria, já que as empresas trabalham cada vez mais com prestadores de serviços terceirizados.

De pronto, o Conselho Federal de Odontologia posicionou-se contrário ao aumento da carga tributária proposto pela MP 232. Em encontro no dia 2 de março com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, o presidente do CFO, Miguel Nobre, levou a preocupação da categoria. “Esse aumento vai encarecer o atendimento odontológico à população”, alertou.

Entidades odontológicas assinam manifesto

Dias antes, em encontro com o presidente da Associação Brasileira de Odontologia (ABO), Norberto Lubiana, o presidente em exercício do CFO, Ailton Rodrigues, formalizara uma pauta conjunta visando barrar a medida provisória. O CFO assinou o manifesto da Frente Nacional contra a MP 232, que, com assinaturas de 1.111 entidades do setor de serviços, foi entregue ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti,



O presidente do CFO Miguel Nobre (ao centro) e o vice Ailton Diogo Rodrigues conversam com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, sobre a necessidade de não se aprovar o aumento de impostos para prestadores de serviços

e do Senado, Renan Calheiros. As lideranças da odontologia brasileira estiveram presentes em Brasília na entrega do manifesto. Como parte da mobilização, também foi criado o site “Abaixo a MP 232” – www.mp232.com.br, onde era possível conhecer o teor da medida e baixar o e-mail de todos os parlamentares para pressioná-los a fim de que votassem contra a MP.

Se por um lado, com a aprovação da medida o governo previa uma arrecadação de R\$1,2 bilhão, por outro a Frente Nacional contra a MP 232 calculava um impacto de 5% nos custos da indústria, 3% nos do comércio e eventual aumento de 3,5% no preço final de serviços e mercadorias.

Embora pouco divulgada, havia uma notícia positiva contida na MP 232: a correção da tabela de imposto de renda da pessoa física em 10%, esta, aprovada

no dia 12. Na verdade, o objetivo do aumento da carga dos prestadores de serviços era compensar a perda de arrecadação – cerca de R\$ 2 bilhões – com o aumento de isenção dos assalariados de R\$1.058 para R\$1.164.

Nem na época de Tiradentes...

Para o presidente do CFO, o governo errou ao reunir numa mesma medida provisória imposto de pessoa jurídica e de pessoa física. “São assuntos diversos que deveriam ter sido discutidos separadamente”, avalia. Mas Miguel Nobre acredita que a derrubada só foi possível graças à união da sociedade organizada, especialmente de setores diretamente afetados como a classe odontológica. “Nem na época de Tiradentes cobrava-se imposto tão alto”, observa. Em tempo: o patrocínio da Odontologia foi esarteado por

que lutou contra o quinto do ouro – 20% do ouro que era produzido no Brasil se destinava à Coroa Portuguesa – enquanto a carga tributária atualmente chega a 40% do PIB (Produto Interno Bruto).

Sob forte pressão da oposição e sem apoio da base aliada, o governo editou uma nova MP – a 243 – para revogar todos os artigos que tratavam de aumento de tributos, recolhimento de impostos e contribuições na fonte, e criou um projeto de lei com os artigos da 232 que combatiam a elisão e sonegação fiscal.

Mas para encurtar o caminho exigido para a tramitação de toda a MP, o governo incorporou na 232 o texto da 243. Resta agora ao governo discutir o projeto de lei que complementar a 232.

Resultado: embora a 232 ainda tenha que ser votada no Senado, está definitivamente descartado o aumento para prestadores de serviços.

Novo piso salarial dos CDs: questão de justiça

Conselho Federal de Odontologia lança campanha pela aprovação do Projeto de Lei 4.556/94, que estipula em R\$ 1.337,32 o valor mínimo a ser pago a cirurgiões-dentistas e médicos. Após 11 anos de tramitação no Congresso Nacional, lei está muito próxima de ser votada

Em maio se comemora o dia do trabalhador. Momento oportuno, por tanto, para o Congresso Nacional aprovar o Projeto de Lei 4.556/94 e reconhecer o valor deste profissional que vem ocupando a cada dia mais espaço em nossa sociedade, dada a importância estratégica de seu ofício para a saúde integral do cidadão.

Aprovar a lei que eleva o piso salarial de cirurgiões-dentistas – e também de médicos – para R\$ 1.337,32 (20 horas semanais) se tornou uma questão de justiça. “O cirurgião-dentista precisa de uma remuneração condigna. O que se pratica hoje está muito aquém do que ele merece”, avalia o secretário-geral do CFO, Marcos Santana.

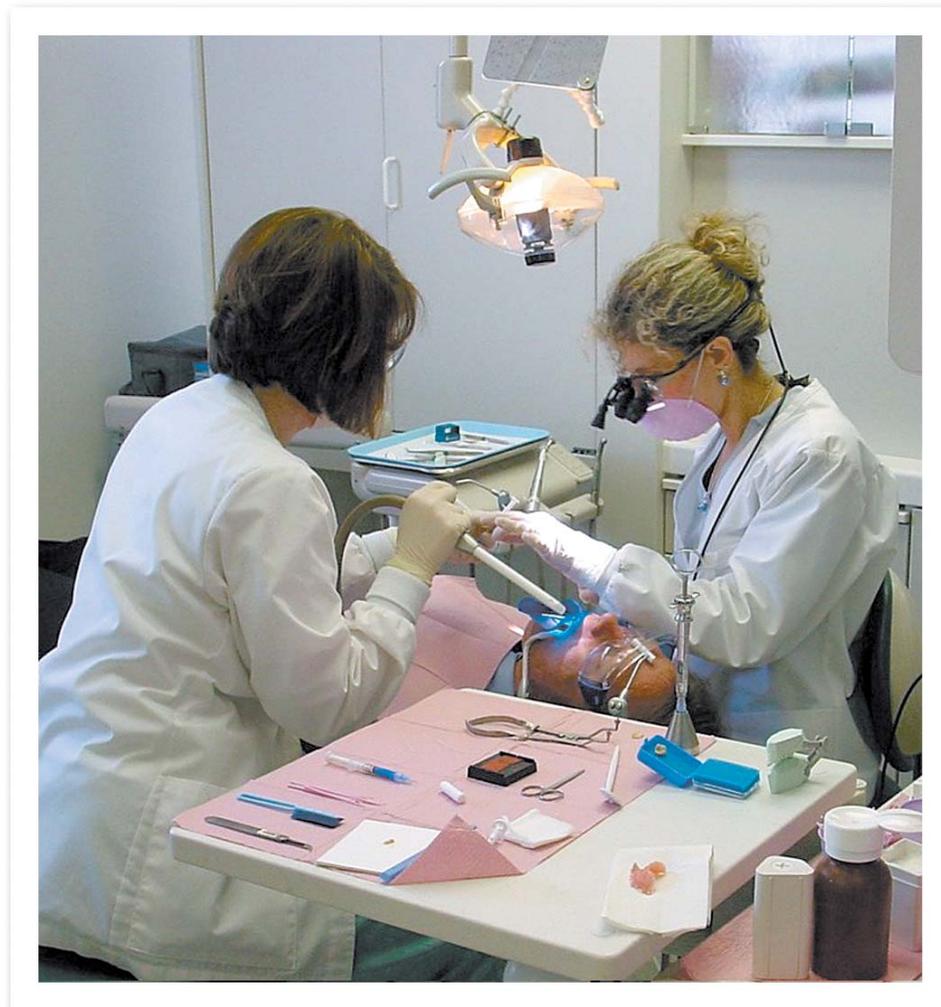
Para não perder de vista a evidência dos números, vale lembrar que somente o Sistema Único de Saúde emprega hoje 68 mil cirurgiões-dentistas. E o número de CDs assalariados tende a aumentar: o programa Brasil Sorridente, do governo federal, prevê até o fim do ano a inauguração de 400 Centros de Especialidades Odontológicas (veja matéria sobre os CEOs nas páginas 16 e 17).

Considerando a etapa em que o projeto se encontra na Câmara dos Deputados, o dia de sua aprovação pode estar bem perto. Procurado pelo Jornal do CFO, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ), se comprometeu a colocar o projeto em votação. A expectativa é de que isso aconteça até junho.

A longa jornada do projeto

A proximidade da votação pode dar a impressão de que o trâmite do PL 4556/94 foi rápido. Quem dera... Seu percurso entre Câmara e Senado completa 11 anos.

Elaborado pelo então deputado Virmondos Cruvinel (PMDB-GO) em 15 de maio de 1994, o Projeto tinha por objetivo atualizar a remuneração dos salários estipulados pela Lei 3.999 de 15 de dezembro de 1961, que fixava o piso de CDs e médicos em três salários-mínimos.



Secretário-geral do CFO Marcos Santana: “O piso que se pratica está muito aquém do que o cirurgião-dentista merece”

Segundo o Sindicato dos Odontologistas de São Paulo, este valor, acrescido de 50% de insalubridade, é o sugerido como base para as negociações salariais.

Em sua justificativa, o então deputado solicitava o apoio de todos os parlamentares “para a aprovação dessa proposição o mais urgentemente possível”.

Quatro anos se passaram e o PL foi encaminhado ao Senado Federal para verificação. A Casa, então, aprovou um substitutivo que altera o valor de 988,41 Unidades Reais de Valor (URV) para 1.337,32 reais. Em seguida, ele retorna à Câmara dos Deputados, sua Casa de origem. A partir daí, é aprovado, primeiro, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; depois, pela de Seguridade Social e Família; e, após entrar na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o Projeto recebe parecer favorável do relator, o deputado Rubens Otoni (PT-GO).

O presidente da CCJC, Antônio Biscaia, que pode abreviar esse processo, garante estar comprometido em agilizar sua tramitação. “Pela importância do projeto, é possível colocá-lo em pauta”. Segundo ele, caso haja consenso entre os deputados a aprovação é “imediate”. Aprovado, o PL vai direto para votação final em plenário.

Ao que parece, tal consenso não será difícil de ser alcançado. O próprio presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Luiz Otávio (PMDB-PA), por onde o projeto já passou um dia, manifestou apoio. Dizendo-se “favorável a qualquer tipo de medida que beneficie os profissionais de saúde”, o senador acredita que o Projeto representará “incentivo para os jovens que pretendem iniciar seus estudos nessa área”. Na sua opinião, um novo piso salarial regulado por lei proporcionaria “uma certa tranquilidade para os futuros profissionais”.

Presidente da Câmara promete agilizar votação do projeto

A diretoria do CFO reuniu-se no dia 27 de abril, em Brasília, com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti para tratar do projeto de lei do piso salarial. Informado sobre a situação atual do PL, o deputado Severino Cavalcanti disse que tão logo ele seja votado na CCJC, ele colocará na pauta do Plenário.

O presidente da Câmara incumbiu os deputados Geraldo Thadeu (PPS-MG) e Benjamin Maranhão (PMDB-PB), que participaram da audiência, de acompanhar a tramitação do PL. “A aprovação do projeto tem todo o meu apoio”, declarou Severino Cavalcanti.

O presidente do CFO, Miguel Nobre, saiu animado da reunião. “Estamos confiantes na aprovação do projeto em função do incisivo apoio do presidente da Câmara”. Participaram ainda do encontro o secretário-geral do Conselho, Marcos Luís Macedo de Santana, o tesoureiro Lester Pontes de Menezes, o superintendente-executivo Márcio Coimbra e o procurador jurídico da entidade, José Alberto Cabral Botelho, além dos presidentes dos CROS de Pernambuco, José Ricardo Dias Pereira, de Alagoas, Carlos Roberto de Menezes, do Distrito Federal, Sérgio Valmor Barbosa, e da Paraíba, Leonardo Marconi.

Relator do Projeto, o deputado Rubens Otoni defende a valorização das profissões de saúde. Segundo ele, o piso de R\$ 1.337,32 terá “um importante papel para minimizar a distorção hoje existente e com isso valorizar estas honradas profissões”. Para Otoni, o “baixo salário” é um dos principais problemas enfrentados por cirurgiões-dentistas e médicos.

Apoio da Frente Parlamentar da Saúde

Se depender do presidente da Frente Parlamentar de Saúde, o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), o destino do PL 4556/94 é um só: aprovação. No entanto, ele considera o valor proposto pelo Projeto inferior ao merecido pelos profissionais, tendo em vista que ele tramita há uma década no Congresso. “Poderia ser negociada uma correção. Este projeto foi apresentado junto com o Plano Real, com o dólar equivalente. Defendo que seja negociado um índice de atualização”. Por outro lado, o deputado ressalta que é preciso avaliar a conveniência dessa atualização, “porque havendo mudanças no projeto pela Câmara, ele voltará ao Senado e isso retardará ainda mais a tramitação”, conclui.

A estratégia sugerida pelo deputado Rafael Guerra tem o apoio do secretário-geral do CFO, Marcos Santana. “Sem uma melhor remuneração os profissionais terão de buscar complementos para o orçamento e isso afetará a qualidade do atendimento. O projeto não é a solução, mas é fundamental”, raciocina.

Outros deputados federais fazem coro

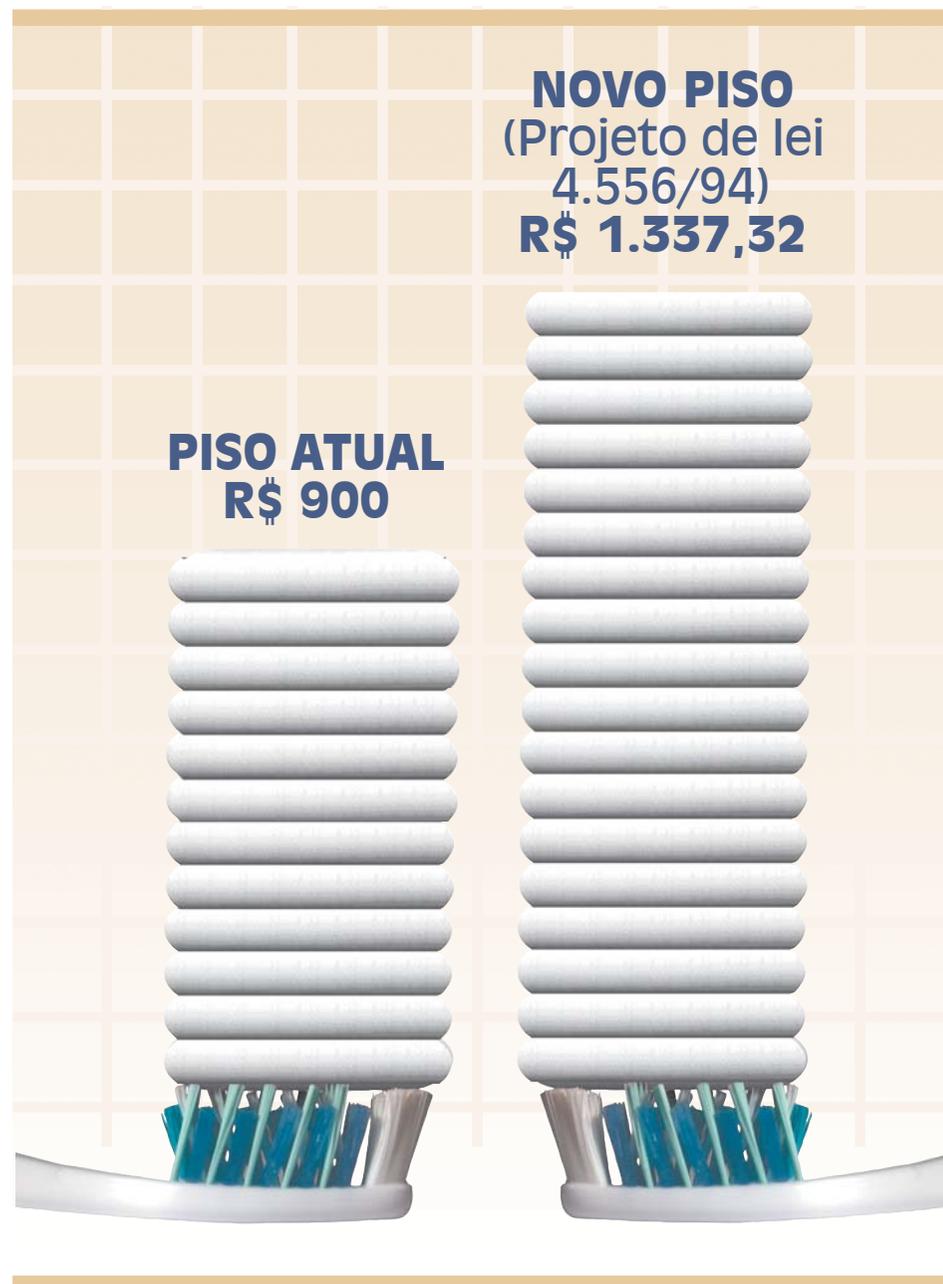
para que a aprovação do novo piso para cirurgiões-dentistas e médicos aconteça o mais breve possível. Para Vanderlei Assis (PP-SP), “é preciso valorizar esses profissionais, hoje tão mal remunerados”. Ele assinala o aumento do atendimento odontológico na rede pública. Já o deputado Darcísio Perondi lembra que “nos últimos 10 anos, com a municipalização da saúde, as prefeituras nunca receberam tantos recursos dos Estados e do governo federal. Pagar o que elas pagam é uma ofensa e um desestímulo ao trabalho desses profissionais”. Segundo ele, a aprovação do piso salarial é necessária “porque os programas públicos ampliaram e é preciso valorizar esses profissionais”.

Outro deputado empenhado na aprovação deste Projeto é o vice-líder do PPS, Geraldo Thadeu (MG). “A aprovação do novo piso preencherá uma lacuna do setor e valorizará o serviço de saúde coletiva, trazendo estímulos e satisfação para as categorias, e melhorando a qualidade do atendimento aos usuários”.

Com o parecer favorável do relator Rubens Otoni, o comprometimento do presidente da CCJC Antônio Carlos Biscaia em incluir a matéria em pauta, a articulação da Frente Parlamentar de Saúde para aprovar o Projeto e o apoio de deputados e senadores, parece que, depois de 11 anos de espera o Projeto de Lei 4.556/94 finalmente entrará em vigor.

Que o mês do trabalhador de 2005 traga boas notícias para a Odontologia.

MARCELO PINTO E
VITOR MONTEIRO (REPORTAGEM)



Ministério da Saúde prepara plano de cargos e salários

Para os mais de 68 mil cirurgiões-dentistas que trabalham na rede pública há outra boa notícia além do Projeto de Lei do piso salarial. O Ministério da Saúde está elaborando, através da secretaria de Gestão do Trabalho em Saúde, um plano de cargos e salários para o Sistema Único de Saúde. A secretária responsável pelo projeto, Maria Luísa Jaegger, explica que a proposta será enviada ao Congresso Nacional pelo governo federal. Nesse projeto, além de

médicos e cirurgiões-dentistas, todas as outras categorias empregadas no SUS serão contempladas, incluindo categorias afins (manutenção, faxina etc.).

Essa proposta está em regime de consulta pública através do site do Ministério da Saúde (www.saude.gov.br), e Maria Luísa alerta que “é muito importante que todas as categorias conheçam e apresentem sugestões”, que podem ser enviadas pela internet ou por correio.

O projeto do Plano de Cargos e

Salários do SUS ficará em regime de consulta até o final de maio, quando será enviado ao Congresso Nacional. Maria Luísa espera uma tramitação rápida do projeto, até porque segundo ela “há um consenso na Frente Parlamentar de Saúde de que é necessário estabelecer regras para os cargos da saúde pública”. Ela destaca ainda que, além de um piso salarial, ele “apresenta uma evolução de carreira por salário, que poderá ser feita através de avaliação ou por formação”.

Isonomia salarial

Preocupado com a situação salarial dos cirurgiões-dentistas, o deputado federal Geraldo Thadeu (PPS-MG) enviou em abril um requerimento ao Executivo solicitando que o Ministério da Saúde trate de forma igual médicos e cirurgiões-dentistas que prestam serviços aos Programas da Saúde. No requerimento, o parlamentar explica que as exigências e dificuldades para as duas categorias “são idênticas”, porém verifica que há uma grande diferença no reconhecimento salarial. “O PSF paga remunerações entre 5 e 8 mil reais para médicos, enquanto o salário médio dos cirurgiões-dentistas é de 1,5 mil”.



Notícias da saúde bucal para ouvir no rádio e na internet

CFO passa a divulgar notícias sobre saúde bucal para emissoras de rádio de todo o País e lança a Rádio CFO, através da internet

O Conselho Federal de Odontologia acaba de implantar um projeto de comunicação destinado a levar mais informação sobre saúde bucal para todo o Brasil, utilizando o veículo mais popular do país: o rádio. Para tanto o CFO firmou uma parceria com a Radioweb – Agência de Notícias em Áudio, que prevê a produção e distribuição de boletins jornalísticos em áudio sobre temas relacionados à saúde bucal para as emissoras parceiras da Radioweb. Paralelamente, o Conselho está lançando a Rádio CFO, que disponibilizará todas as matérias produzidas em sua página na internet, para quem quiser baixar e ouvir.

Os boletins são produzidos semanalmente pela equipe de jornalistas da Radioweb a partir de pautas e fontes previamente definidas com a assessoria de comunicação do Conselho Federal de Odontologia. A partir daí as matérias são hospedadas em dois endereços na internet: no da Radioweb (www.agenciarradioweb.com.br), onde as notícias são acessadas e transmitidas pelas emissoras interessadas mediante senha, permitindo que se saiba em quais rádios e municípios os boletins estão sendo veiculados; e no endereço do CFO na internet (www.cfo.org.br), através do qual todos podem acessar as notícias a qualquer hora, baixando os arquivos em áudio. Aliás, para receber os boletins semanais “CFO Notícias” pelo correio eletrônico basta se cadastrar no site do Conselho Federal.

O poder do rádio

Dados recentes não deixam dúvida sobre a força do rádio. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada entre 1992 e 2000, o percentual de domicílios com rádio aumentou de 84,8% para 89,8% no País, superando a presença da TV, de 87%.

De acordo com outra pesquisa, promovida pela Associação Brasileira das Empresas de Rádio e Televisão (ABERT), nos

últimos cinco anos a audiência média do rádio cresceu 44% nas nove regiões metropolitanas do Brasil. É o meio de comunicação com maior índice de satisfação, aprovado por 75% dos ouvintes contra os 54% dos que assistem televisão.

Informação para quem precisa

“É uma forma mais acessível de levarmos informação sobre os cuidados necessários para uma boa saúde bucal para, por exemplo, as populações de áreas mais distantes dos grandes centros, onde o rádio continua sendo fundamental para orientar as comunidades”, destaca o presidente do CFO, Miguel Nobre. A iniciativa teve a adesão da Sul América Previdência que assina os boletins como patrocinador. De acordo com Fernando Lima, diretor da Vectorial Corretora de Seguros, que intermediou o acordo, “estamos com isso ajudando o CFO a divulgar sua mensagem para todo o Brasil”.

A Radioweb é uma empresa pioneira no setor de geração e distribuição de conteúdo em áudio para rádios por meio da internet. Criada em 2001 em Porto Alegre e ampliada em 2004 com a abertura da sucursal em Brasília, a agência disponibiliza gratuitamente em seu site na internet boletins em áudio sobre as principais notícias do dia no País e no mundo. “A Agência Radioweb tem um conceito de Agência de Notícias, oferecendo diariamente conteúdos atualizados em diversas editoriais. Esse perfil a diferencia de outras empresas que atuam apenas como produtoras de áudio sem o compromisso de disponibilizar informação diariamente para as emissoras”, salienta o diretor geral da

empresa, Paulo Gilvane.

A Radioweb firma com as rádios parceiras um termo que prevê o fornecimento dos seus boletins diários e gratuitos. Em contrapartida, as emissoras permitem a auditoria do aproveitamento mediante o cadastro de usuário e senha, através do qual as rádios acessam os boletins. “Isso permite que saibamos onde e quando os boletins estão sendo aproveitados para que possamos apresentar um relatório detalhado aos nossos parceiros e patrocinadores”, conta Gilvane.

Emissoras em todos os Estados

Até o final de março a agência computava 1.238 emissoras parceiras em todos os Estados. A expectativa da empresa, levando em conta o ritmo de adesão de duas a três novas emissoras por dia, é de que esse número chegue a 1,5 mil até a metade do ano e a 2 mil rádios até o fim de 2005. Alcançando 2 mil rádios, o CFO estará viabilizando o envio de notícias sobre saúde bucal para 40% das cerca de 5 mil emissoras no País entre rádios AM, FM e comunitárias.

O Conselho Federal de Odontologia se soma a outros clientes importantes da

Radioweb, como o Ministério da Educação, o Ministério das Cidades, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Confederação Nacional da Indústria, a Organização Ambiental WWF-Brasil, a Associação dos Magistrados Brasileiros e a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Para o diretor da Sucursal da Radioweb em Brasília, Geanoni Mousquer, esse crescimento mostra a credibilidade que o trabalho vem alcançando. “Estamos suprindo uma carência na produção jornalística das emissoras que, em sua imensa maioria, não têm condições financeiras para, por exemplo, manter um correspondente em Brasília. Mas sempre valorizando a qualidade do trabalho e da informação jornalística, do contrário não teríamos conquistado a confiança das emissoras, já que o aproveitamento dos boletins é gratuito e espontâneo”, destaca o jornalista.

Rádio CFO

O acordo entre o Conselho Federal de Odontologia e a Radioweb, sob o patrocínio da Sul América Previdência, possibilitou a criação da Rádio CFO (www.cfo.org.br), onde estarão disponíveis matérias sobre saúde bucal para quem quiser baixar e ouvir.

A programação, com reportagens e entrevistas, é atualizada semanalmente.



Margareth Pandolfi, presidente CRO-ES



Margareth Pandolfi é uma liderança que há duas décadas dignifica as mais de 100 mil CDs de todo o Brasil. Formada pela UFES e mestre em Odontopediatria pelo Centro de Pesquisas Odontológicas São Leopoldo Mandic (Campinas), sempre se dedicou à política de classe, seja atuando como dirigente do Centro Acadêmico da UFES, diretora da ABO-ES ou secretária do CRO-ES. Ao assumir o desafio de presidir o CRO-ES, afirma que a ética é uma virtude que ainda está em moda.

Quais seus principais compromissos de campanha e como pretende viabilizá-los?

O que há são metas estabelecidas que cumpriremos nos próximos anos. Entre elas destaco as ações políticas institucionais e de comunicação e a participação dos cirurgiões-dentistas na construção de um novo conceito para o CRO-ES.

Como está a distribuição de CDs e faculdades no Espírito Santo?

Temos hoje 3619 CDs no Estado e dois cursos de graduação em funcionamento.

Como resolver a dicotomia entre ser o país com maior número de CDs no mundo (11% do total) e ter uma saúde bucal tão precária?

Políticas públicas adequadas. Sabemos que o modelo SUS é maravilhoso, sua implantação e coordenação ao longo de seu pouco tempo de existência é

que o tem levado ao colapso. Oferecemos serviços sem evidências de efeito, conseqüentemente sem a devida valorização por parte do cidadão. Reorientação deve ser a palavra de ordem. Devemos construir a saúde bucal percebida pelo cidadão brasileiro, evitando a posição autoritária que assumimos ao longo da criação de nossa profissão. Devemos adotar indicadores com base no sujeito, na percepção da população, somá-los a indicadores objetivos (profissionais) e dar ao cidadão o que ele quer e precisa, o que causa impacto em sua vida. No Estado, se atingíssemos a relação ideal teríamos aproximadamente 1.400 novos cirurgiões-dentistas empregados. Somamos 78 municípios e não oferecemos atenção à saúde bucal

pública a 20% dos capixabas.

Como o CRO-ES vê a Medida Provisória 232 que aumenta a tributação sobre os CDs prestadores de serviço que optaram pelo regime do lucro presumido?

A medida tem uma ação direta, o aumento dos serviços odontológicos prestados pelas empresas, o qual será repassado para o cirurgião-dentista ou para o consumidor. Além do efeito indireto, ainda mais preocupante, o da retração do mercado. Um segmento que se encontra em pleno crescimento, como o dos planos de saúde, que poderia criar um aumento da procura pelos serviços, investirá menos ou repassará seus custos, so-

mando isso ao fato de que os cidadãos pagarão mais impostos. O que observaremos será uma diminuição da procura pelos serviços odontológicos. A posição do CRO-ES é de liderança junto à frente estadual, mobilizando as instituições organizadas e toda a nossa frente parlamentar contra a medida e de total apoio à frente nacional contra a MP 232.

O que esperar de 2005?

Para os CDs brasileiros, ainda muitos desafios. Para nós do CRO-ES novas conquistas, na construção de um novo CRO-ES e uma nova odontologia. A diferença está fundamentada no investimento e no trabalho com bases científicas que implementamos ao longo dos últimos anos no CRO-ES, e nos investimentos que estão sendo feitos em nosso Estado, principalmente na área do petróleo.

“Devemos adotar indicadores com base na percepção da população, somá-los a indicadores objetivos e dar ao cidadão o que ele quer e precisa”



FALE COM A PRESIDENTE DO CRO-ES:
sepre@croes.org.br



Ad-Muc®

extrato fluido de *chamomilla recutita* (L.) rauschert 10%



No tratamento das aftas e gengivites.
Não contém corticóides



- *Ação antiinflamatória*⁽¹⁾
- *Auxilia no processo de cicatrização*^(2 e 3)

MS nº 1.0974.0172

Para maiores informações entrar em contato com a Biolab, através do SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor

Bibliografia:

- 1- Tubaro, A: Avaliação da atividade antiinflamatória do extrato de camomila após aplicação tópica., *Planta Med*; 51 : 359, 1984 *
- 2- ESCOP, Monografia flores de camomila, outubro, 1999
- 3- Organização Mundial da Saúde, Monografia de plantas medicinais selecionadas, Flor de camomila, vol 1, 1999

Fabricado e distribuído por Biolab Farmacêutica Ltda. Sob licença da Merz Pharmaceuticals GmbH, Frankfurt, Alemanha.

Contra-indicações: Ad-Muc® não deve ser usado por pacientes com hipersensibilidade aos componentes da fórmula.

BIOLAB
FARMACÊUTICA
Av. Paulo Ayres, 280 - Taboão da Serra - SP

“Ao persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado”



0800 - 11 15 59

Conselhos celebram 41 anos de olho no futuro

Vanor Correia/Fotos Descrição da Imagem

Formando em seu conjunto uma autarquia, CFO e CROs têm a função pública de fiscalizar e normatizar o exercício da Odontologia. Governo federal, Congresso Nacional, Estados e municípios, cujas autoridades participaram da solenidade de 15 de abril, reconhecem, apóiam e colaboram com este trabalho

O 41º aniversário de criação dos Conselhos de Odontologia no Brasil (Lei 4.324, de abril de 1964) comemorado no dia 15 de abril, no Rio de Janeiro, teve uma função que foi muito além do protocolo: reafirmar o compromisso do governo Lula com o programa Brasil Sorridente e, ao mesmo tempo, o papel estratégico das entidades odontológicas para seu sucesso.

Como nos anos anteriores, a solenidade de entrega da Medalha de Honra ao Mérito Odontológico Nacional a profissionais de destaque em diversos campos de atuação da Odontologia - que contou com o patrocínio do Banco do Brasil -, serviu como termômetro de como a saúde bucal é tratada hoje pelo poder público.

Trabalho reconhecido pelo poder público

E a julgar pelas autoridades presentes e suas declarações, a temperatura indica que o brasileiro terá cada vez mais acesso à saúde bucal, seja na atenção básica, seja no atendimento especializado. Basta



Presidente Miguel Nobre: "A odontologia tem buscado a participação política, em seu nome e no de todos os brasileiros"

registrar a presença de personalidades como o ministro da Saúde, Humberto Costa; o coordenador nacional de Saúde Bucal, Gilberto Pucca; o secretário de Atenção à Saúde, Jorge Solla; os deputados Henrique Fontana (vice-presidente da Frente Parlamentar da Saúde), Geraldo Thadeu, Jandira Feghali, João Fontes, Vanderlei Assis (autor do projeto de lei da Odontologia do Trabalho) e Benjamin Maranhão (relator do projeto que regulamenta as profissões de THD e ACD); além do senador Augusto Botelho de diversos prefeitos, representantes de Assembléias Legislativas estaduais e Câmaras Municipais, e dos presidentes das entidades nacionais da Odontologia, dos Conselhos

Regionais e das diversas associações da classe. O presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade, também prestigiou o evento.

Odontologia mais social

Em seu pronunciamento, o presidente do CFO, Miguel Nobre, ressaltou o momento histórico que a Odontologia brasileira passa e, principalmente, as imensas possibilidades abertas pelo programa Brasil Sorridente, "a mais ambiciosa política já implementada pelo Estado brasileiro no setor". Emocionado, citou o líder de "nossa Constituição Cidadã", deputado Ulisses Guimarães: "Mais importante que a quantidade de

bens que temos é a qualidade de vida que usufruímos". Nobre destacou o fato de que um perfil mais social da odontologia vem ganhando terreno nos últimos anos. "Com mais de um terço dos cirurgões-dentistas empregados no Sistema Único de Saúde, não há a menor dúvida de que devemos ter hoje uma odontologia mais comprometida com a superação das causas das doenças bucais, como o câncer de boca, que a cada ano faz 4 mil vítimas fatais no Brasil".

Ao final, conclamou a classe a colaborar com a melhoria das condições de saúde bucal dos cidadãos - "Não temos tempo a perder" - e exortou o governo a continuar seu "precioso investimento",



1) Tesoureiro Lester de Menezes e a pres. CRO-RO, Sandra Menezes, com o homenageado Silvio Gualberto; 2) Dom Dadeus Grings; 3) Presidente do CFO Miguel Nobre entrega uma homenagem especial ao ministro da Saúde Humberto Costa, que veio representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; 4) Ministro Humberto Costa em seu discurso

e os Conselhos Regionais e todas as entidades odontológicas a seguir divulgando os resultados positivos do programa Brasil Sorridente, ao mesmo tempo fiscalizando a ação das prefeituras.

Humberto Costa: "saúde bucal é prioridade"

Já o pronunciamento do ministro da Saúde, Humberto Costa, não deixou dúvidas quanto ao compromisso do governo federal em superar os baixos índices de saúde bucal do brasileiro. "Assim que o presidente me convidou a assumir o ministério, ele disse que queria que uma das prioridades fundamentais de nosso governo fosse a política de saúde bucal", revelou. Segundo Costa, "o presidente achava um absurdo o fato de que todas as partes do corpo humano eram consideradas dentro da política de saúde pública, e a boca e os dentes não eram parte dessa visão integral de atenção à saúde".

O ministro da Saúde também contou, em seu discurso, por que a saúde bucal é uma prioridade do governo Lula desde o primeiro dia. "Ele dizia que o povo não pode fazer as mudanças que o País precisa se a sua auto-estima não é colocada no nível que deveria. E uma das coisas que o incomodava muito, ele que andou por esse País inteiro, era ver jovens obrigados a esconder o sorriso porque lhe faltavam vários dentes na arcada dentária. O fato de que para se obter um emprego muitas vezes a opção é por aquele com uma dentadura completa e sadia, ao invés daquele sem dentes ou com problemas de saúde bucal", relatou o ministro, sob intensos aplausos.

Consciente da importância da solenidade para reafirmar os laços com a categoria odontológica, Humberto Costa frisou que o governo continuará contando com o apoio de toda a classe no trabalho de fiscalizar e cobrar das prefeituras a implantação do programa Brasil Sorridente. E completou: "Entregarei ao presidente Lula a medalha e o diploma concedidos a ele nessa noite e tenho certeza de que ele guardará como um dos maiores

orgulhos da vida dele. O orgulho de poder, de fato, ter começado uma nova era na política de saúde bucal em nosso País."

CFO premiará municípios

Logo em seguida, o CFO deu um exemplo prático de como estimular as prefeituras a implantar as equipes de saúde bucal (PSF) e os Centros de Especialidades Odontológicas: no ano que vem, durante a solenidade pelos 42 anos de criação dos Conselhos, o CFO premiará o município que mais investir no setor. O prêmio, um consultório completo, será doado pela indústria de equipamentos odontológicos Dabi Atlante.

CDs homenageados

Outro momento memorável da noite foi aquele reservado à entrega da Medalha de Honra ao Mérito Odontológico Nacional a seis cirurgiões-dentistas, por sua contribuição em três áreas distintas: pela "contribuição profissional nos campos da ciência, seja na pesquisa, no ensino ou nos serviços", receberam os CDS João Baptista Gonçalves, de Goiás, Roberto Paulo Correia de Araújo, da Bahia, e Roberto Schirmer Wilhelm, do Rio de Janeiro; pela "contribuição honorífica, no plano do desempenho social e político", os CDs Orlando Limongi, do Rio Grande do Sul, e Silvio Nascimento Gualberto, de Rondônia; e por sua "contribuição benemérita, na área de doação material e/ou obras odontológicas, altamente significativas para a sociedade, assim como serviços relevantes", o CD Raphael Baldacci Filho, de São Paulo.

Além deste, mais dois momentos serviram para traduzir o clima de união e civismo vividos durante o evento: o Hino Nacional, executado pelo pianista Arthur Moreira Lima – com justiça, aplaudido longamente – e a benção concedida pelo arcebispo de Porto Alegre, dom Dadeus Grings.

Que a vontade dos presentes à solenidade se concretize, e que no menor prazo possível todo brasileiro possa se orgulhar de seu sorriso.

MARCELO PINTO
LEIA MAIS NAS PÁGINAS 10, 11 E 19

Hino Nacional ao piano



A platéia se deleita, silenciosa, diante da arte de Arthur Moreira Lima

Tão logo foi anunciada a execução do Hino Nacional pelas mãos do pianista Arthur Moreira Lima, a solenidade ganhou ares de concerto musical. De pé, silenciosa e atenta, a platéia ouvia o arranjo tocado de modo apaixonado por um de nossos maiores pianistas, de talento reconhecido internacionalmente.

Ao fim da última nota, quem aplaudiu estava reconhecendo mais que uma bela execução. Reconhecia, mesmo sem saber, o fato de Moreira Lima ter incluído em sua turnê "São Francisco, um rio de música", há dois anos, palestras sobre saúde bucal nas escolas das cidades por onde seu

piano passou. "Paralelamente ao meu trabalho de tocar nas escolas e no caminhão-teatro, minha mulher (que é cirurgiã-dentista) faz palestras sobre prevenção em saúde bucal", conta ele.

Se música clássica e odontologia têm em comum uma origem elitista, este pianista acredita que ambas devem ir aonde o povo está. "Já fiz 96 concertos com o caminhão (em cidades pobres do interior) com muita música clássica e popular. As clássicas são muito aplaudidas, porque elas têm um brilho e o público adora", revela o mestre das brancas e pretas, que toca com a alegria de um menino.



1) Secretário-geral CFO Marcos Santana com o senador Augusto Botelho; 2) Vice CFO Ailton Rodrigues ao lado do prefeito de Recreio (MG) Fernando Coimbra; Pres. CFM, Edson de Oliveira Andrade, e o presidente Miguel Nobre; 4) Pres. CFO com a gerente contas empresarial do Banco do Brasil, Fátima Nassif, e ger. negócios Antônio Ricardo Pereira

A classe política vai ao CFO

Fotos Descrição da Imagem



A presença maciça do poder público na solenidade da Odontologia mostrou porque esta profissão merece respeito

Na solenidade de entrega da Medalha de Honra ao Mérito Odontológico Nacional - patrocinada pelo Banco do Brasil -, na noite de 15 de abril, chamava a atenção a quantidade de representantes da classe política. Porém, mais do que isso, o que se destacava era a qualidade das presenças, que incluíam um ministro de Estado da Saúde; um ministro do Tribunal Superior do Trabalho; um senador; seis deputados federais; um deputado estadual; dois prefeitos; um secretário municipal de saúde (além do secretário nacional de Atenção à Saúde e do coordenador nacional de Saúde Bucal); e um vereador.

Uma das conclusões dessa constelação de políticos é que a cerimônia na qual se comemora a criação dos Conselhos de Odontologia entrou, definitivamente, para a agenda política nacional. No caso do governo federal, por exemplo, foi a segunda vez do ministro Humberto Costa e terceira do coordenador nacional de Saúde Bucal Gilberto Pucca. Entre os deputados, já não era a primeira vez de Geraldo Thadeu (PPS-MG), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Vanderlei Assis (PP-SP) e João Fontes (PDT-SE), nem do deputado estadual Paulo Pinheiro (PT-RJ).

Sem exceção, todas as 25 autoridades presentes ao evento da Odontologia foram convidadas por já apresentarem uma inequívoca vontade política no sentido de garantir saúde bucal para toda a população. Como os deputados Henrique Fontana e Benjamin Maranhão e o senador Augusto Botelho. *(LEIA NA PÁGINA AO LADO)*

Mesa oficial com representantes e aliados da Odontologia: Benjamin Maranhão (deputado federal, PMDB-PB), Jandira Feghali (deputada federal, PCdoB-RJ), Gilberto Pucca (coordenador nacional de Saúde Bucal), Edson de Oliveira Andrade (presidente do Conselho Federal de Medicina), Luciano Artioli (presidente da Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas), Paulo Pinheiro (deputado estadual, PT-RJ), Dom Dadeus Grigs (arcebispo de Porto Alegre), José Simpliciano Fernandes (ministro do Tribunal Superior do Trabalho), João Fontes (deputado federal, PDT-SE), Henrique Fontana (deputado federal, PT-RS), Miguel Nobre (presidente do Conselho Federal de Odontologia), Augusto Botelho (senador, PDT-RR), Geraldo Thadeu (deputado federal, PPS-MG), Vanderlei Assis (PP-SP), Fernando Coimbra (Recreio, PT-MG), Norberto Lubiana (presidente Associação Brasileira de Odontologia), Fernando Gueiros (presidente da Federação Nacional dos Odontologistas), José Carrijo Brom (presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas), Placidino Guerrieri Brigagão (presidente da Academia Brasileira de Odontologia) – fora da foto, o ministro da Saúde, Humberto Costa, encerrava seu discurso.

Demais autoridades presentes

- Ministro da Saúde Humberto Costa
- Secretário Nacional de Atenção à Saúde Jorge Solla
- Assessora Especial da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, Célia Cristina dos Santos Silva
- Assessor Especial da Presidência da República, Carlos Tibúrcio
- Secretário de Saúde de Aracaju Rogério Carvalho Santos
- Vice-prefeito de Campos dos Goitacazes (RJ) Antônio José Pessanha Viana de Souza, representando o prefeito Carlos Alberto Campista
- Prefeito de Muriaé (MG) Rodrigo L. Guarçoni
- Prefeito de Recreio (MG) Fernando de Almeida Coimbra (PT)
- Vice-prefeito de Duque de Caxias (RJ) Gilberto José da Silva

- Vereador de C. Grande (MS) Edil Albuquerque
- Presidente do Conselho Federal de Medicina Edson de Oliveira Andrade
- Presidente da Associação Brasileira de Odontologia Norberto Lubiana
- Presidente da Federação Nacional dos Odontologistas Fernando Gueiros
- Presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas José Carrijo Brom
- Presidente da Academia Brasileira de Odontologia Placidino Brigagão
- Presidente da Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas Luciano Artioli
- Diretor da Odontoclínica de Aeronáutica Santos Dumont Luiz Artur Valente França
- Diretor da Odontoclínica Central do Exército Daniel Pepino da Silveira
- Diretor de Odontologia do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro Jéferson Corato

- Presidente da Associação Brasileira de Odontologia - Seção Rio de Janeiro, Paulo Murilo Oliveira da Fontoura
- Presidente da Associação Brasileira dos Cirurgiões-Dentistas - Seção Rio de Janeiro Sergio Rivetti Dias
- Presidente da Associação Brasileira de Odontologia Preventiva Sonia Groisman
- Presidente da Associação Brasileira de Deontologia Legal Spyro Nicolau Spyrides
- Presidente da Academia de Odontologia do Rio de Janeiro Wanderley Basílio de Oliveira
- Vice-Presidente da Associação Brasileira de Odontologia do Trabalho Eliana Napoleão Cozendey da Silva
- Presidente do Instituto Brasileiro de Implantodontia Paulo Roberto Batista de Oliveira
- Presidente da Sociedade Brasileira de Traumatologia Dentária Rivail Antonio Sergio Fedél

- Presidente da Sociedade Brasileira de Ortodontia Eduardo Kant Rothier
- Presidente da Sociedade Odontológica de Begg Alex Ajuz
- Coordenadora de Odontologia do Serviço Social do Comércio (Sesc) Rio de Janeiro Vanessa Maria de Souza e Silva
- Presidente do Sindicato dos Odontologistas de Niterói Jorge Teixeira de Oliveira
- Presidente do Sindicato dos Protéticos Dentários do Estado do Rio de Janeiro Agostinho Fernandes dos Santos Filho
- Presidente da Associação Estadual dos Técnicos de Prótese Dentária (RJ) Antonio Brito
- Presidente da Associação Brasileira de Prótese Dentária José Augusto
- Presidentes e diretores dos 27 CROs



Henrique Fontana

Deputado (PT-RS), presidente da CPI dos planos de saúde e vice-presidente da Frente Parlamentar de Saúde

Embora “estrepante” na solenidade, o deputado federal Henrique Fontana

é um aliado antigo da classe. Foi ele, por exemplo, o responsável pelo encontro do presidente do CFO, Miguel Nobre, com o então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na reta final da campanha de 2002. Recentemente, o deputado presidiu a já concluída CPI dos Planos de Saúde. Entre os encaminhamentos feitos pelo relatório final da CPI está um projeto de lei que apresenta algumas proposições, entre elas a de que a odontologia seja parte do atendimento de saúde oferecido nos planos. “A gente sabe das dificuldades que é aprovar um projeto como este na Câmara porque o lobby na saúde suplementar é muito grande”, explica. “Nós vamos passar por uma disputa para que isso se consolide”.

E por falar em lobby, o que dizer do trabalho feito pelo CFO no sentido de aproximar o Congresso Nacional da saúde bucal? “O papel que o Conselho Federal de Odontologia vem desempenhando no Congresso é, do meu ponto de vista, exemplar. Tenho acompanhado de perto a presença permanente do CFO exatamente lutando e trabalhando para que a odontologia tenha um espaço melhor e mais adequado dentro da estrutura de saúde brasileira, para que o seu profissional seja cada vez mais respeitado”.

O deputado lembrou também do “diálogo permanente” mantido pelo CFO com o governo federal. “A presença do ministro aqui hoje é um indicativo disso”, resume.



Benjamin Maranhão

Deputado (PMDB-PB) que, como relator, foi favorável ao Projeto de Lei que regulamenta a profissão de THD e ACD

Cirurgião-dentista, o deputado Benjamin Maranhão já militava na Odon-

tologia antes de entrar na política, como prefeito de Araruna (eleito e reeleito). Em seu primeiro mandato no Congresso, ele é o relator de um projeto de lei estratégico para o futuro da saúde bucal no Brasil: o PL 1140/03, que regulamenta as profissões de Técnico em Higiene Dental e Auxiliares de Consultório Dentário. Maranhão deu parecer favorável ao projeto, em novembro do ano passado. “Fizemos alguns melhoramentos no projeto, ouvindo o Conselho Federal de Odontologia, os Conselhos Regionais, e as entidades representativas dos Técnicos em Higiene Dental e dos Auxiliares de Consultório Dentário. O parecer foi aprovado por unanimidade na Comissão de Seguridade Social e Família”, conta. O deputado afirma que está “fazendo algumas gestões (pela sua aprovação)” na Comissão de Trabalho da Câmara, onde o projeto está no momento. Dali passa pela Comissão de Constituição e Justiça – que verifica a constitucionalidade do projeto – e vai à votação final.

Ao comentar a aproximação da odontologia junto à classe política, Maranhão fala em “lobby social”. “Esse é o lobby legítimo. As entidades de classe, como os conselhos e os sindicatos, não só têm o direito, mas têm o dever de estarem presentes nas discussões de política públicas e nas formulações das leis do País. Eu vejo isso de forma extremamente salutar. É fundamental ter os conselhos presentes e, principalmente, a nossa categoria, como tem sido visto nas discussões das comissões da Câmara dos Deputados e do Senado”.



Augusto Botelho

Senador (PDT-RR), relator do projeto de lei que cria a profissão de técnico de saúde bucal (com base em carga horária menor)

Para o senador, a inclusão do cirurgião-dentista na equipe do Progra-

ma Saúde da Família foi “um grande passo”. “Agora, passo maior foi introduzir também o Técnico em Higiene Dental”, afirma ele, que é o relator do polêmico projeto de lei que cria os técnicos de diversas áreas, inclusive de saúde bucal.

“Um dia, nós poderíamos ter um cirurgião-dentista em cada município do Brasil. Isso é um sonho que nós vamos alcançar”, prevê este médico que defende a prevenção como forma de evitar o desperdício. “Nem sei quantos bilhões se gastaria para levar atendimento em saúde bucal a toda a população. Então, a gente gasta muito menos trabalhando nas crianças e nos jovens, do que fazendo a cura. Temos que fazer a cura, lógico, mas temos que trabalhar na prevenção”, ensina.

Para ele, educação em saúde bucal nas escolas é o caminho mais curto para a prevenção. “É muito importante que os municípios também invistam na prevenção, que os Conselhos Regionais cobrem isso dos municípios, participem dos conselhos estaduais de saúde no sentido de estimular estas políticas de educação de saúde bucal nas crianças”.

Nesse trabalho, o senador vê as entidades odontológicas como parceiras. “O CFO transmite para os parlamentares os problemas de sua categoria. E a gente analisa, discute, apóia e toma as medidas. Em todas as leis que afetam a saúde bucal, o CFO está sempre do lado da gente analisando, discutindo e dando opiniões”, revela este senador que costuma receber a diretoria do CFO em seu gabinete, em Brasília.

REPORTAGEM: TAMARA MENEZES

A força do municípios

Os municípios também mostraram sua força na solenidade da odontologia. E não podia ser diferente, já que a gestão da saúde é descentralizada nas administrações municipais, para onde recai muita expectativa por resultados.

Os prefeitos de Muriaé (MG) e Recreio (MG), bem como os re-

presentantes das administrações de Aracaju (SE) e Campos (RJ) têm buscado atender às suas demandas por saúde bucal. Na cidade de Recreio, o prefeito Fernando Coimbra (PT-MG), em três meses implantou três equipes odontológicas no Programa de Saúde da Família. Coimbra diz que a infância é sua prioridade.

“Nas creches municipais estamos instituindo o escovódromo”.

Já o secretário de saúde de Aracaju, Rogério Carvalho, representando o prefeito reeleito Marcelo Déda (PT-SE), garante que em sua cidade para cada equipe do PSF há uma de saúde bucal. “Não se faz ação integral sem saúde bucal”, ensina. A pre-

feitura de Campos investirá em “ônibus odontológicos para atender as escolas e a comunidade mais carente”, informa o vice-prefeito Antônio Viana.

De acordo com suas necessidades locais, mas com muita criatividade e vontade política, municípios como estes dão exemplo para o Brasil.

Paulo César Alcântara Ribeiro, presidente CRO-BA

Com participação ativa na política de classe, não é surpresa a eleição de Paulo César Alcântara Ribeiro para presidente do CRO-BA. Foi diretor da Sociedade de Ortodontia da Bahia, conselheiro e secretário do CRO-BA. Formado pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal da Bahia em 1977, e especialista em ortodontia pela Policlínica Geral do Rio de Janeiro em 79, aposta no serviço público para melhorar o mercado de trabalho e o acesso à saúde bucal.



Quais as principais metas para sua gestão?

Intensificar as ações no interior, manter a fiscalização do exercício profissional, desenvolver junto aos gestores municipais ações para prestar o atendimento odontológico nos serviços públicos de saúde e reivindicar melhor remuneração das empresas operadoras de planos de saúde. No setor administrativo investiremos na capacitação dos funcionários, bem como nos setores de comunicação, informática e pessoal.

Como está a proporção de cirurgiões-dentistas por habitante na Bahia?

São cerca de 6 mil CDs em atividade para uma população de 13 milhões e 600 mil habitantes, cerca de 1 CD para 2 mil e 500 pessoas. O mercado de trabalho está crítico para os profissionais, mas a solução não está em fechar as faculdades em funcionamento (hoje a Bahia tem 6). Tem que se buscar a expansão do mercado de trabalho. O Brasil precisa implementar políticas de incentivos para

estabelecer profissionais no interior, evitando a acumulação nos grandes centros.

O Brasil tem o maior número de CDs do mundo e a saúde bucal precária. Como resolver essa dicotomia?

Esta relação deixa claro que os cursos de odontologia estão voltados para o setor privado. Não há oferta de trabalho no setor público que estimule a demanda na formação de CDs. A solução está na oferta do atendimento odontológico no serviço público de saúde.

Como está a relação de equipes de saúde bucal no PSF na Bahia?

Em nosso Estado temos hoje aproximadamente 1200 equipes do Programa Saúde da Família. Dessas, 669 contam com equipes de saúde bucal distribuídas em cerca de 200 municípios. Segundo estimativas,

apenas 40% da população dos municípios dispõe de equipes de saúde bucal.

Como está vendo a política de saúde bucal do governo federal?

Em mais de 500 anos de história, só agora o Brasil assiste um governo com uma política de saúde bucal. O governo tem tratado a saúde bucal com prioridade. Na Bahia foram implanta-

dos 5 Centros de Especialidades Odontológicas em Eunápolis, Itabuna, Juazeiro, Vitória da Conquista e Salvador. Nas

unidades, a população dispõe de tratamento endodôntico e periodontal. Queremos ainda oferecer atendimento odontológico a todos os cidadãos. Estamos buscando soluções para a necessidade da participação popular no controle social, e a função dos Conselhos Municipais de Saúde como órgão consulti-

vo e deliberativo sobre os programas de saúde.

Qual o posicionamento do CRO-BA em relação à Medida Provisória 232?

Apoiamos as entidades que se manifestaram contra a MP 232. A sociedade brasileira não suporta o peso da carga tributária que lhe é imposta. Dizem que estamos no limite da tolerância em relação à carga tributária, eu diria que já passamos desse limite há muito tempo.

O que esperar de 2005?

Um ano de muito trabalho e conquistas para as entidades de classe. Esperamos ver crescer o atendimento odontológico à população, com o aumento de equipes de Saúde Bucal no PSF e com os novos CEOs expandindo o mercado de trabalho para o CD e melhorando os índices epidemiológicos da saúde bucal da população. Junto ao CFO, estaremos acompanhando os Projetos de Lei a favor da odontologia em tramitação no Congresso Nacional.

“O Brasil precisa implementar políticas de incentivos para estabelecer profissionais no interior, evitando a acumulação nos grandes centros”



CROSSACTION VITALIZER™

*A melhor, ficou
ainda melhor!!*

Oral-B®

A Marca Mais Usada Pelos Dentistas



Cerdas PowerTip

Tufos independentes de cerdas alongadas que ajudam a limpar melhor os dentes posteriores



Cerdas Cruzadas

Removem até 90% das placas bacterianas entre os dentes



Novo cabo emborrachado, proporcionando maior conforto e mais firmeza



Estimulantes Emborrachados
Massageiam e melhoram a saúde de suas gengivas

4 cores super atraentes
e impactantes nas cabeças 35 e 40!!

Oral-B® ATENDIMENTO AO DENTISTA
0800-167252

www.oralb.com.br

Especialização avança na rede pública

O Brasil já tem 116 Centros de Especialidades Odontológicas instalados em 67 municípios. Governo federal promete chegar a 400 até o fim do ano. Conseguirá?

Se a saúde bucal não é só meta do Ministério da Saúde, mas do governo federal, como afirmou recentemente o coordenador nacional de Saúde Bucal, Gilberto Pucca, os Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) têm tudo para ser a prova dos nove da ação – até aqui inédita – do governo Lula no setor.

Até o momento foram inaugurados 116 CEOs em 67 municípios, incluindo 17 Estados e o Distrito Federal. Para cum-

prir a ambiciosa meta de chegar ao fim de 2005 com 400 Centros inaugurados será necessário botar em funcionamento 284 unidades até dezembro.

Orçamento sem cortes

Mas será que os cortes anunciados no orçamento federal não afetarão o Ministério da Saúde e, particularmente, a conclusão dos CEOs? Não, se depender da palavra de Gilberto Pucca. “Nenhum centavo do orçamento da saúde bucal

será contingenciado. A ordem do presidente Lula é manter o programa Brasil Sorridente na íntegra”, garante o coordenador nacional de Saúde Bucal.

O presidente do Conselho Federal de Odontologia, Miguel Nobre, comemorou a declaração que, segundo ele, só reitera o compromisso que o presidente da República sempre demonstrou em relação a uma saúde bucal pública e de qualidade.

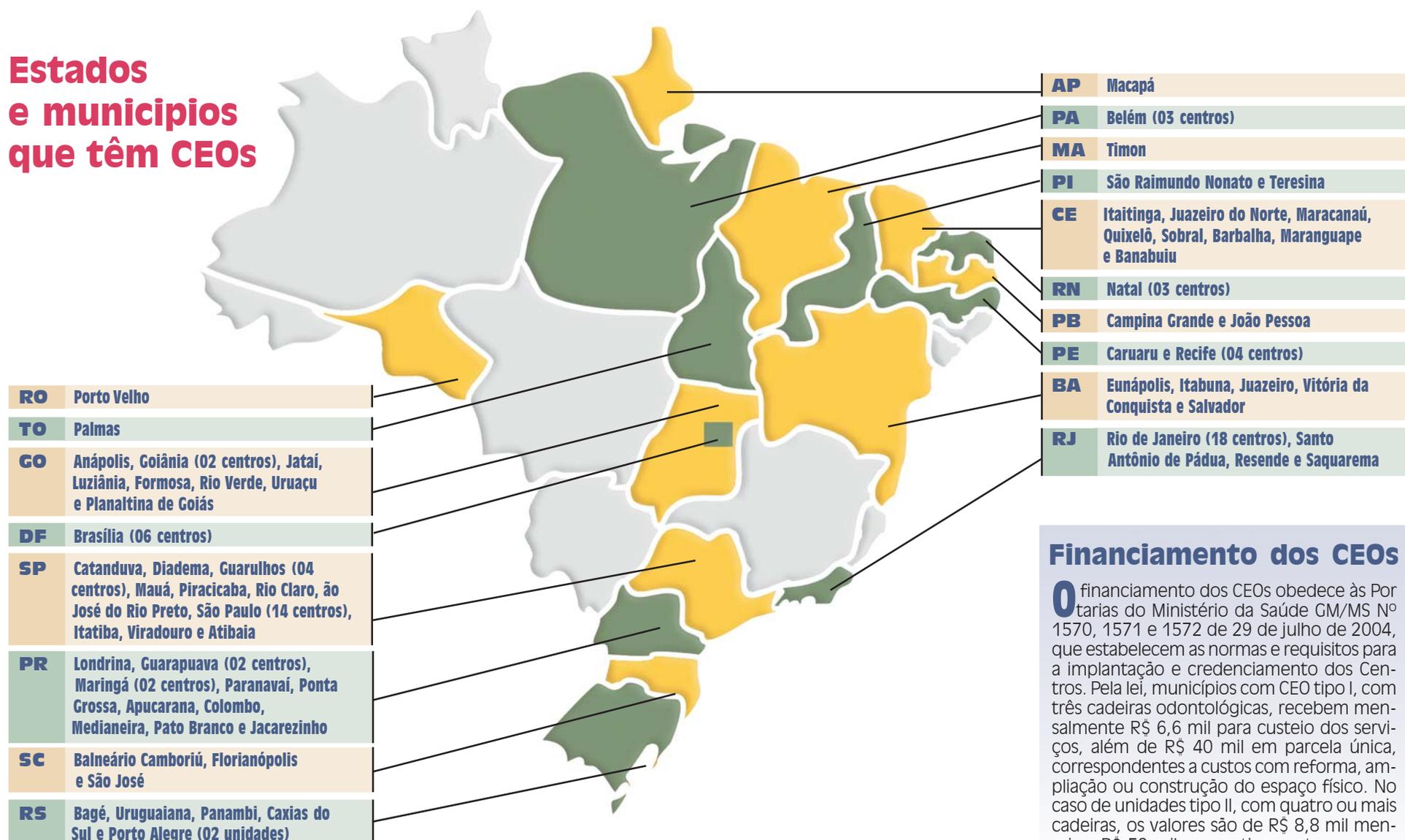
Seja como for, não é infundado o receio de cortes no Programa Brasil Sorridente. Como o próprio governo informou, a verba do Ministério da Saúde foi reduzida em R\$ 770 milhões em relação ao Orçamento aprovado no final do ano passado pelo Congresso Nacional. Mas, segundo Pucca, Luiz Inácio falou, Luiz

Inácio avisou: o dinheiro da saúde bucal não sofrerá cortes.

Fiscalizar é preciso

O desafio, pelo visto, parece ser outro: fiscalizar a aplicação correta do dinheiro destinado aos CEOs. O Ministério da Saúde promete fazer sua parte. “Elaboramos um instrumento de monitoramento para acompanhar mensalmente a produção desses CEOs, através dos Conselhos Municipais. Cada Centro terá que cumprir uma produção mínima. Assim que detectarmos algum tipo de problema, tentaremos corrigi-lo. Numa situação limite, o CEO será desabilitado”, explica o coordenador de Saúde Bucal.

Estados e municípios que têm CEOs



Financiamento dos CEOs

O financiamento dos CEOs obedece às Portarias do Ministério da Saúde GM/MS Nº 1570, 1571 e 1572 de 29 de julho de 2004, que estabelecem as normas e requisitos para a implantação e credenciamento dos Centros. Pela lei, municípios com CEO tipo I, com três cadeiras odontológicas, recebem mensalmente R\$ 6,6 mil para custeio dos serviços, além de R\$ 40 mil em parcela única, correspondentes a custos com reforma, ampliação ou construção do espaço físico. No caso de unidades tipo II, com quatro ou mais cadeiras, os valores são de R\$ 8,8 mil mensais e R\$ 50 mil, respectivamente.

Mas, mesmo para o Ministério da Saúde, monitorar toda essa produção será uma missão muito complicado sem algumas colaborações. Por isso, Pucca faz um apelo aos Conselhos Federal e Regionais de Odontologia para que ajudem na fiscalização dos CEOs. “O CFO e os CROs são fundamentais, uma vez que têm interface com os profissionais e participam dos Conselhos Municipais de Saúde, onde os CEOs estão alocados”.

Agendamento pela internet

Bem gerenciados, os Centros de Especialidades Odontológicas são a garantia de acesso a tratamentos especializados na rede pública. Como em Londrina, onde o presidente Lula inaugurou um dos primeiros Centros, em outubro passado. Em quatro meses de funcionamento, o CEO de Londrina superou a marca dos 10 mil e 800 pacientes, com mais de 13 mil procedimentos. Para o gerente de odontologia do município, Domingos Alvinhan, o “CEO tem uma dinâmica diferente, acolhendo os pacientes de forma mais humana”. O número surpreendente de jovens londrinenses que estão buscando atendimento especializado é atribuído ao processo de agendamento de consultas pela Internet, bem mais rápido. Alvinhan já prevê a necessidade de se criar novos postos especializados para atender a demanda. O CEO de Londrina possui 10 consultórios, laboratórios integrados e escovódromo e atende diariamente a uma média superior a 60 pacientes.

CEO faz “milagre”

Na terra de Padre Cícero, em Juazeiro do Norte, no Ceará, o CEO está seguindo o exemplo do padroeiro da cidade e vem fazendo milagres. Lá, a unidade atende a todas as especialidades, inclusive com laboratório de Prótese Dentária. O coordenador de saúde bucal do município, José Vinícius dos Santos, diz que o Centro já é referência para a região. “Como a população é muito carente, poucos têm condição de arcar com o preço de uma clínica particular. O Centro veio para atender essas pessoas”, explica.

Enquanto isso, o CEO de Porto Velho, Rondônia, faz cerca de 150 atendimentos por mês em cinco especialidades. A coordenadora do Centro, Alzinete Marcolina, lembra que atende inclusive aos municípios vizinhos. “Temos sempre três vagas para emergência ou para aten-

dimento a pessoas de cidades próximas para que elas não percam a viagem”.

Segundo informa a coordenação de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, cada unidade do CEO deve disponibilizar acesso à cirurgia, bem como endodontia, periodontia e atendimento a pacientes com necessidades especiais.

Para tratamento periodôntico, por exemplo, paciente é o que não falta no País: apenas dois em cada dez adultos têm gengivas saudáveis, enquanto 90% dos idosos precisam do tratamento de periodontia. Dados do SB Brasil, concluído em 2004.

Câncer bucal

Os CEOs também oferecem diagnóstico de câncer bucal. A doença pode ser tratada com sucesso, mas atualmente 65% dos casos são identificados em fases avançadas. Em 2002, foram registradas cerca de 3,5 mil mortes decorrentes deste câncer. A idéia é que os CEOs possam cuidar dos casos em estágio inicial. Pacientes com a doença em nível mais avançado serão encaminhados para as unidades de alta complexidade do SUS.

Junto com o câncer de boca, a ausência de dentes é outro grave problema. Hoje 75% dos idosos e 30% dos adultos com idade de 30 a 44 anos não possuem dentes. Há ainda, segundo o Ministério da Saúde, cinco mil adolescentes desdentados sem prótese.

Os CEOs podem mudar esse quadro. Esta é a expectativa da coordenadora de Odontologia do município de Planaltina, no Distrito Federal, Marilda de Castro Freitas. “Temos mais de 900 pacientes com tratamento concluído e mais de 12 mil procedimentos de cirurgia”. Há um ano o CEO de Planaltina funciona nos três turnos: manhã, tarde e noite. Em abril o Centro vai inaugurar o laboratório de Prótese. “Hoje Planaltina tem 120 mil habitantes; esperamos em quatro anos atender de 70 a 80% da população.”

Em Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro, o recém-inaugurado CEO oferecerá uma especialidade a mais: odontopediatria. Se os novos CEOs seguirem os exemplos citados aqui, com o governo federal mantendo o financiamento e as prefeituras fazendo a sua parte – selecionando, capacitando e contratando as equipes de forma transparente –, a saúde bucal pode fechar 2005 na esperança de sorrisos melhores.

NOTAS

Cirurgiã-dentista deputada federal

A Câmara dos Deputados acaba de receber em suas fileiras uma parlamentar graduada em odontologia. A deputada federal Ana Borges Neves de Alencar (PSDB-TO), eleita como suplente, reassumiu o mandato em 10 de março – ela já exercera a função de titular entre janeiro e fevereiro deste ano.

Comissão aprova Odontologia do Trabalho

Aprovado dia 11 de maio, na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, o Projeto de Lei 3520/04, do deputado Vanderlei Assis (PP-SP), que torna obrigatória nas empresas a odontologia do trabalho. Com substitutivo do deputado Carlos Mota (PL-MG).



PROFISSIONAIS DE ODONTOLOGIA CARÊNCIA ZERO. CONTRATO EXCLUSIVO

A Unimed pensando na sua saúde, firmou contrato EXCLUSIVO com o Conselho Federal de Odontologia e, mais uma vez, quem ganha é você. Confira as vantagens:

- Mais de 11 milhões de usuários.
- 90 mil médicos cooperados.
- Cobertura em todo o território nacional.
- Planos Básico e Especial.

CARÊNCIA APENAS PARA PARTO

PREÇOS ESPECIAIS A PARTIR DE R\$ 85,19*

Ligue agora e faça a sua adesão
0300-789-6650**

PROMOÇÃO POR TEMPO LIMITADO

INFORMAÇÕES: www.cfo.org.br

* Plano Básico - Faixa etária de 0 a 17 anos.

** Custo da ligação: R\$ 0,30 por minuto + impostos

Ministro do TST fala a Conselhos

Em reunião conjunta CFO e os 27 CROs discutem piso salarial e ato médico. Ministro do TST faz palestra sobre a "reforma trabalhista"

Nos dias 14 e 15 de abril, aconteceu na sede do Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro mais uma edição da reunião conjunta do CFO com os presidentes dos CROs.

Entre os assuntos discutidos, tiveram destaque piso salarial, ato médico, aperfeiçoamento da fiscalização dos Conselhos e o programa Brasil Sorridente.

Ao final do encontro, os conselheiros foram brindados com uma palestra proferida pelo ministro do Tribunal Su-

perior do Trabalho, José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes. Sob o tema "Reforma trabalhista", o ministro abordou a polêmica proposta – embutida na reforma que deverá entrar em breve na pauta do Congresso – de alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). "A legislação trabalhista, que surgiu para tratar desigualmente os desiguais, para promover a equalização entre capital e trabalho, passou a ser vista como vilã. O que não deixa de estar em sintonia com a ideologia da globalização, que dá mais valor ao capital do que ao homem", criticou. O ministro Fernandes observou que 50% da economia brasileira vive na informalidade, e que uma excessiva flexibilização da CLT pode prejudicar o próprio desenvolvimento econômico.

Fotos Descrição da Imagem



Min. Tribunal Superior do Trabalho, José Simpliciano, ao lado do pres. CFO, Miguel Nobre, do secretário-geral Marcos Santana e do pres. CRO-SE, Augusto Tadeu

Autonomia para internar

CDs agora podem assinar a autorização de internação hospitalar

Cada vez mais a saúde pública está se tornando sinônimo de saúde bucal. Os cirurgiões-dentistas acabam de conquistar o direito de assinar a Autorização de Internação Hospitalar (IH). Antes, os CDs dependiam de médicos ou enfermeiras para internar e tratar um paciente em ambiente hospitalar.

A mudança ocorreu em janeiro deste ano, após uma modificação no sistema de informações do Sistema Único de Saúde (SUS), possibilitando ao cirurgião-dentista a liberdade de requerer a internação hospitalar. Tal medida era uma reivindicação antiga que o Conselho Federal de Odontologia vinha reiterando em seus encontros com a coordenação de Saúde Bucal do Ministério da Saúde.

Para o presidente do CFO, Miguel Nobre, a autonomia concedida pelo Ministério da Saúde é mais uma evidência do compromisso do governo Lula com a saúde bucal. "É um avanço profissional inquestionável. São vitórias como esta que dignificam e valorizam a profissão", comentou Nobre. O coordenador nacional de Saúde Bucal, Gilberto Pucca assinala que "foi corrigida uma distorção histórica".

Para Pucca, este é um passo importante para a odontologia, mas principalmente para a saúde pública que ganha um aliado no aperfeiçoamento da prestação de serviços dentro do SUS. "Essa medida deverá agilizar o atendimento em saúde coletiva", conclui. Lembra ainda



Gilberto Pucca, coord. de Saúde Bucal

"um segundo aspecto": o especialista em bucomaxilofacial agora tem autonomia para realizar internações, o que, segundo o coordenador, "deve agilizar os atendimentos significativamente e dar autonomia para o CD trabalhar de acordo com suas necessidades".

Esse ajuste no procedimento de internações do SUS fez com que todo setor de emergência possa ser regulado pelo cirurgião-dentista.

O presidente do CFO Miguel Nobre destaca a importância da autonomia dos profissionais para a melhoria do atendimento na saúde coletiva. "Essa autonomia representa mais um avanço na profissão do CD, e colabora diretamente com a população, que precisa de um atendimento rápido e de qualidade. Ainda mais agora que quase 40% dos CDs estão trabalhando no SUS", conclui o presidente.

Odontologia brasileira a serviço de todos

ABCD (Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas)

Tel. (11) 6223-2333/Fax 6221-3612

E-mail: secretariabcd@apcd.org.br

Site: www.abcdbrasil.org.br

ABO (Associação Brasileira de Odontologia)

Tel/Fax: (11) 5083-4000

E-mail: abonacional@uol.com.br

Site: www.abonacional.com.br

Abeno (Associação Brasileira de Ensino Odontológico)

Tel/Fax. (61) 356-9611

E-mail: abeno@abeno.org.br

Site: www.abeno.org.br

AcBO (Academia Brasileira de Odontologia)

Tel/Fax. (21) 2547-8266

E-mail: pgbrigagao@netrio.com.br

Site: www.acbo.org.br

CFO (Conselho Federal de Odontologia)

Tel: (61) 234-9909/Fax 226-1737

Tel: (21) 2122-2200/Fax 2122-2229

cfo@cfo.org.br

www.cfo.org.br

FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas):

Tel (62) 285-4619/Fax 285-4824

E-mail: odonto@fio.org.br

Site: www.fio.org.br

FNO (Federação Nacional dos Odontologistas):

Tel (21) 2233-5879/Fax 2263-6635

E-mail: fno@fno.com.br

Site: www.fno.com.br

AGENDA

IV Congresso Odontológico de Mato Grosso

09 a 11 de junho de 2005

Cuiabá - MT

Informações:

tel. (65) 623.9897

fax (65) 324.0141

www.abomt.com.br ou

abomt@terra.com.br

V Jornada de Odontologia Hospitalar da APCD

13 e 14 de junho

São Paulo - SP

Informações: 0800 12 85 55

www.apcd.org.br

decofe@apcd.org.br

I Congresso Internacional de Odontologia da ABO-SP (Ciodonto)

14 a 17 de junho de 2005

São Paulo - SP

Informações: tel. (11) 6950.3332

abo@terra.com.br

17º Congresso Internacional de Odontologia do Rio de Janeiro - CIORJ

13 a 17 de julho de 2005

Rio de Janeiro - RJ

Informações: (21) 2504.0002

Fax (21) 2504.3859

www.aborj.org.br ou

aborj@aborj.org.br

Homens honrados

Honra, segundo o dicionário, é o princípio ético que leva alguém a ter uma conduta virtuosa, corajosa, e que lhe permite gozar de bom conceito junto à sociedade; é o sentimento da própria dignidade.

Os seis homenageados de 2005 com a Medalha de Honra ao Mérito Odontológico Nacional trazem, na própria biografia, o significado desta palavra.

João Batista Gonçalves (Goiás)

Fotos Descrição da Imagem



Ingressou na odontologia pela Universidade Federal de Goiás, onde foi presidente do Centro Acadêmico. Mestre em Saúde Coletiva, foi o primeiro cirurgião-dentista formado em Goiás a fazer Saúde Pública na USP. Durante sua caminhada como professor, foi diretor da Faculdade de Odontologia, Pró-reitor e fundou o Departamento de Odontologia Social da Universidade Federal de Goiás, introduzindo a disciplina de Saúde Coletiva.

Fundador do CRO-GO e detentor do registro de nº 001 no Estado, João Batista Gonçalves foi presidente da entidade por três mandatos.

No 41º aniversário do CFO, recebeu a Medalha de Honra ao Mérito pela “contribuição profissional nos campos da ciência, seja na pesquisa, no ensino ou nos serviços”. “Tudo que eu fiz na vida foi com carinho, amor, ética. Sempre tratei a odontologia como uma instituição social. Fico feliz em receber essa honraria de uma entidade séria, competente, transparente como o CFO”.

Orlando Limongi

Orlando Limongi (Rio Grande do Sul)



Ele cursou odontologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor universitário, doutorando em endodontia, ocupou todos os cargos no CRO-RS, inclusive o de presidente. No 41º ani-

RS, inclusive o de presidente. No 41º ani-

versário do CFO e CROs, fez o discurso de agradecimento em nome dos agraciados com a Medalha de Honra ao Mérito. “Receber um prêmio desses é envaidecedor; uma honraria envolvida de muita emoção. Daqui pra frente, a única coisa que quero é viver intensamente”, disse.

Orlando Limongi acompanhou de perto o trabalho do CFO. “O Conselho Federal passou por diversas fases. Ao longo dos anos houve a atualização de toda a sua trajetória, já que a cada geração de dirigentes era construída alguma coisa, preparado algo absolutamente edificante para se chegar à situação de hoje, que é de grande representatividade política. O CFO, nos últimos anos, também abriu suas portas para a sociedade, o que é muito importante”, afirmou.

Raphael Baldacci Filho (São Paulo)



Desde jovem, ele ajudava seu tio cirurgião-dentista no consultório em sua cidade natal, Caçapava. Em 1948, este filho de engenheiro inicia sua graduação em Odontologia

na Universidade de São Paulo, e 57 anos depois tem sua diversificada carreira coroada com a Medalha de Honra ao Mérito Odontológico.

Especializado em Cirurgia Oral, foi professor da USP por 16 anos. Preocupado com as causas sociais, Baldacci foi eleito deputado federal quatro vezes, a primeira em 1965 e a última em 78. Também foi secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano no governo de Jânio Quadros. Idealizou o Projeto de Lei de Fluoretação das Águas em sistemas de abastecimento público, aprovado em 1974 como Lei nº 6050. “Sempre procurei manter a Odontologia presente em todo o setor que atuei, seja social, cien-

tífico ou político”, comenta.

Ao voltar para São Paulo, fez parte da diretoria da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas (APCD) durante 20 anos, divididos entre os cargos de presidente e vice-presidente.

Roberto Paulo Correia de Araújo (Bahia)



Graduado em odontologia na Universidade Federal da Bahia, ele foi chefe de departamento e coordenador do curso de pós-graduação, além de diretor do Instituto de Ciência de Saúde.

Divide seu tempo entre a UFBA, onde é livre docente, professor da graduação e do mestrado, professor-adjunto de Bioquímica e integrante do colegiado da universidade; a Universidade Católica, onde é professor titular de Bioquímica, e a clínica odontológica. “A universidade deve estar de braços dados com o CRO e o CFO, para a formulação do currículo e a fiscalização do profissional. A partir do momento que a universidade se aproxima do CFO, é possível assimilar o perfil do profissional que o Conselho deseja”.

Roberto Araújo ganhou a Medalha pela “contribuição profissional nos campos da ciência, seja na pesquisa, no ensino ou nos serviços”. “Sinto-me extremamente feliz por estar sendo reconhecido. Vou continuar valorizando a profissão e formando jovens comprometidos com a saúde coletiva e o exercício da cidadania”.

Roberto Schirmer Wilhelm (Rio de Janeiro)



Para este doutor em Ortodontia e Ortopedia Facial, a maior alegria ao receber a Medalha é saber que todos os que o acompanharam em seus 46 anos de carreira também

se sentem agora recompensados. “Ninguém vive sozinho, nem um livro a gente faz sozinho e este não é um mérito

individual, ele repercute também para os amigos”, comentou, com modéstia.

Aprovado nos vestibulares de Medicina e Odontologia, Roberto Wilhelm foi enérgico em sua decisão, queria ser cirurgião-dentista. “A minha família achou estranho porque podia ser médico e preferia ser dentista. Naquela época, a profissão não tinha status, mas aos poucos alcançou um esplendor, especialmente nas décadas de 70 e 80”, explica.

Agraciado por sua contribuição profissional nos campos da ciência, Wilhelm acredita que a proliferação das faculdades contribuiu para o fim desta época de ouro. “A profissão se diluiu muito, perdeu em qualidade, mas agora a classe acordou e está se adaptando à nova realidade. Vejo um novo esplendor da Odontologia daqui a uns oito anos”, prevê o CD.

Silvio Nascimento Gualberto (Rondônia)



Formado na Universidade Federal do Pará, há 30 anos Silvio Gualberto exerce sua profissão em Rondônia. Ortodontista, ele foi um dos fundadores do Conselho Regional de

Odontologia de Rondônia e seu primeiro tesoureiro. Também atuou no Executivo e no Legislativo locais: como secretário de Saúde de Porto Velho por três vezes; secretário adjunto de Saúde do Estado, e como vereador da capital de Rondônia, por quatro mandatos.

“Como cirurgião-dentista, em momento algum deixei de elevar o nome da odontologia, sempre a colocando dentro dos projetos”. Sua luta no norte do País foi reconhecida com a Medalha de Honra ao Mérito pela “contribuição honorífica, no plano do desempenho social e político”. “Tenho uma honra muito grande de estar aqui recebendo esta comenda, visto que tudo que eu plantei deu frutos muito bons”, orgulha-se Gualberto, que na década de 80 chegou a improvisar sua casa e consultório como sede do CRO. “Encaminhava a documentação dos colegas para Manaus para garantir o registro, para que pudessem exercer a função”, lembra.



Contratação nos conselhos profissionais

Luiz Edmundo Gravatá Maron,
procurador jurídico do CFO

A contratação de pessoal vem causando polêmica entre os Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional. Seguidamente o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal e o do Trabalho têm intimado os Conselhos das profissões regulamentadas para que demitam funcionários admitidos a partir de 18/05/2001 sem prévio concurso público, e que doravante somente contratem pessoal mediante a realização do referido concurso.

A posição do Conselho Federal de Odontologia tem sido contra tais determinações, visto que é impossível efetuar concurso público para preenchimento de um “cargo particular”, haja vista que nos Conselhos não há o “Cargo ou Emprego Público”.

Diz a Constituição que Cargo ou Emprego Público deve ser criado por lei, por iniciativa do Presidente da República. Ocorre que na esfera dos Conselhos Profissionais não há lei sobre isso. Há muito que os Conselhos estão desvinculados da Administração Pública no tocante a pessoal, tendo em vista o artigo primeiro do decreto lei 968/1969, que exclui as autarquias de fiscalização profissional das normas de pessoal da Administração Pública Federal.

A lei 9.962/00 que disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional diz em seu art. 1º, que “o pessoal admitido para emprego público na Administração federal direta, autárquica e fundacional” terá a relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata. Em seu parágrafo 1º, diz que leis específicas disporão sobre a criação dos empregos de que trata esta lei, no âmbito já citado, “bem como sobre a transformação dos atuais cargos em empregos”.

Portanto, a conclusão do CFO só poderia ser esta: a) Os conselhos de fiscalização de profissões serão regulados por suas leis de criação, não se lhes aplicando as normas legais sobre pessoal e demais disposições de caráter geral, relativamente à administração interna das autarquias federais; b) Que a contratação mediante concurso público torna-se inviável, ante a inexistência de cargos ou empregos públicos criados por lei. Nesse sentido, o CFO protocolou pedido de Reexame junto ao TCU acerca da recomendação para demissão de funcionários e realização de concurso público, bem como prestou esclarecimentos à Coordenadoria da Defesa dos

Interesses Difusos e Coletivos, do Ministério do Trabalho, sobre o regime de contratação de seus funcionários. Esta polêmica se estende a outros Conselhos, como a Ordem dos Advogados do Brasil. Neste caso, há uma ação pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade, apresentada pela Procuradoria Geral da República -, sendo que os ministros Eros Grau, Carlos Britto e Cezar Peluso já emitiram votos no sentido de não ser exigível a realização de concurso, ao passo que apenas o ministro Joaquim Barbosa crê em sua necessidade.

Importante destacar que o Conselho Federal de Farmácia ajuizou Reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal, requerendo que sejam suspensas todas as ações civis públicas e de improbidade que os Ministérios Públicos Federal e do Trabalho ajuizaram para anular contratos de trabalho fixados fora do regime de concurso público pelos CRFs. O CFF pede também a suspensão dos procedimentos administrativos abertos pelo TCU.

Vislumbrando a possibilidade de que esta controvérsia seja em breve dirimida pelo Judiciário, este CFO se posiciona contrário ao entendimento do TCU e das Procuradorias do Trabalho, acreditando que ao proceder assim está respeitando a legislação vigente. Há de se considerar, também, que a realização de concurso público pelos Conselhos de Fiscalização não esbarra apenas nos impedimentos legais. Outros obstáculos dificultam sua realização: 1) Alto custo, se considerarmos que nos Conselhos não se contrata um grande número de funcionários; 2) A situação híbrida a que os funcionários estariam submetidos, já que estariam divididos em duas categorias: concursados e não-concursados; 3) Os aspectos legais a que a entidade estará sujeita caso os candidatos tenham ciência de que referido procedimento está sendo realizado, apesar da autarquia saber da ausência de seu principal elemento, o “cargo ou emprego público”, o que poderá ensejar, inclusive, futuras ações de indenização por realização de procedimento enganoso.

Os fatos acima mencionados levam este CFO a optar pela cautela, por entender que a realização de concurso público sem prévia manifestação judicial poderá resultar em mais prejuízos que benefícios.



FALE COM O PROCURADOR JURÍDICO DO CFO:
projur@cfo.org.br

Governo federal cria Residência em Saúde

Medida Provisória 238 define a residência em pós-graduação para áreas da Saúde

Por meio da Medida Provisória nº 238 (de 1º/2/2005), publicada no Diário Oficial da União em 2 de fevereiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a “Residência em Áreas Profissionais da Saúde”.

Definida como “modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, voltada para a educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram as áreas de saúde (com exceção da médica)”, a residência será em regime de dedicação exclusiva, sob a responsabilidade conjunta dos ministérios da Educação e da Saúde.

Os estudantes de pós-graduação (especialização) contemplados terão auxílio financeiro igual ao concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A representante do Conselho Federal de Odontologia no Conselho Nacional de Saúde (CNS), a cirurgiã-dentista Graciara Azevedo, vê na edição da MP 238 “um preceito constitucional capaz de ordenar a

Descrição da Imagem



Auxílio financeiro igual ao do CNPq

formação em recursos humanos para a área da saúde, incluindo a pós-graduação de forma articulada com outras instâncias, como o MEC e os governos estaduais e municipais”. Para ela, que acompanhou a elaboração do texto da lei através da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos do CNS – na qual atua – esta lei também servirá para preencher a lacuna existente no campo da pesquisa científica em odontologia.

Segundo a representante do CFO no Conselho Nacional de Saúde, é importante que a classe odontológica e demais profissões de saúde acompanhem a votação da MP 238 no Congresso Na-

cional. Até o fechamento desta edição a MP havia recebido 26 emendas – nenhuma relacionada aos artigos 12 e 13, que dizem respeito diretamente à “residência em saúde” – mas ainda não havia sido votada.



VEJA A ÍNTEGRA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 238:
www.cfo.org.br



Av. Nilo Peçanha, 50 - Grupo 2316 · CEP 20020-100 · Rio de Janeiro/ RJ

Jornal do Conselho Federal de Odontologia · Ano 13 · Nº 64/Jan-Fev e 65/Mar-Abr de 2005
Edição Nacional · 278.301 exemplares

IMPRESSO ESPECIAL CONTRATO Nº 050200293-0 ECT/DR/RJ CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

